

# JUVENTUDES ANTIMISOGINIA NO SESI-SP: EDUCAÇÃO INTEGRAL E PROTAGONISMO CONTRA AS VIOLÊNCIAS DE GÊNERO

Leticia Luz Azevedo Cruz <sup>1</sup>

Daniela Oliveira Andriollo <sup>2</sup>

## RESUMO

Em 2025, a misoginia foi priorizada como tema central das ações de educação integral na Rede SESI-SP, composta por 136 escolas de Ensino Fundamental e/ou Médio, por meio da implementação do Programa Juventudes AntiMisoginia. A iniciativa propõe a constituição de Comitês formados por estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental ao Ensino Médio, sendo duas meninas representantes e um menino apoiador por turma, eleitos por votação democrática entre os pares, com o objetivo de participar e promover ações no enfrentamento à violência contra mulheres e meninas. Os Comitês realizam dois encontros mensais mediados por uma professora mentora, indicada com base em seu perfil formativo e afinidade com os marcadores sociais da diferença. Essa mediação qualificada possibilita a criação de espaços contínuos de diálogo, escuta e articulação, fortalecendo práticas pedagógicas interseccionais no ambiente escolar. O referencial teórico-metodológico do programa é embasado na educação integral e na perspectiva dos direitos humanos, por meio de processos dialógicos, metodologias ativas e projetos de impacto social, estimulando a escuta ativa, o protagonismo juvenil e o fortalecimento de espaços escolares seguros. Durante o processo formativo, são ofertadas formações sistemáticas tanto para as(os) professoras(es) mentoras(es) quanto para a comunidade escolar, fortalecendo o engajamento coletivo e o letramento em misoginia e temáticas correlacionadas. O percurso iniciou com um movimento de mobilização e lançamento do programa, seguido por momentos formativos e primeiros encontros dos Comitês, voltados à reflexão crítica e discussões. Os resultados iniciais evidenciam o fortalecimento do engajamento estudantil, o aprofundamento da consciência crítica sobre as violências de gênero e a valorização da participação democrática. O programa vem contribuindo de forma significativa para a construção de uma cultura escolar mais equitativa, diversa e acolhedora, reafirmando o papel da escola no desenvolvimento do respeito às diferenças e na promoção da transformação social.

**Palavras-chave:** Misoginia, Juventudes, Educação Integral, Protagonismo Estudantil, Violência de Gênero.

## INTRODUÇÃO

A misoginia, entendida como expressão de uma lógica estrutural de dominação de mulheres e meninas, configura-se como um problema sociocultural que ultrapassa o âmbito da violência explícita, manifestando-se nas relações cotidianas, nas normas sociais e no cotidiano que sustentam o patriarcado e naturalizam desigualdades de gênero.

---

<sup>1</sup> Especialista em Saúde na área de Psicologia Educacional da **Supervisão de Saúde e Inclusão Escolar** do SESI-SP, [leticia.cruz@sesisp.org.br](mailto:leticia.cruz@sesisp.org.br);

<sup>2</sup> Supervisora Técnica Educacional da **Supervisão de Saúde e Inclusão Escolar** do SESI-SP, [daniela.berbel@sesisp.org.br](mailto:daniela.berbel@sesisp.org.br).



Conforme Saffioti (2004), a violência de gênero é uma manifestação concreta do sistema patriarcal, sustentado por uma rede de poderes simbólicos e materiais que reproduzem a subordinação feminina. Nesse mesmo sentido, Carneiro (2019) evidencia que a misoginia opera de maneira interseccional, e com base nisso, Akotirene (2019), ao sistematizar o conceito de interseccionalidade, reforça que as opressões de gênero, raça e classe se combinam na manutenção das hierarquias sociais e, portanto, devem ser enfrentadas de forma integrada e coletiva.

No Brasil, os dados mais recentes disponíveis apontam para a gravidade dessa realidade. Conforme levantamento do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2024) no ano de 2023, foram registrados 58 mil casos de violência doméstica e 84 mil casos de estupro no Brasil, sendo que 61,6% dos casos, as vítimas tinham entre 0 e 13 anos. Mesmo diante de avanços normativos, como a tipificação do feminicídio, na Lei nº 13.104/2015 (Brasil, 2015) e Lei nº 14.994/2024 (Brasil, 2024), os números continuam altos, pois no mesmo ano foram 1.467 casos de feminicídio no país, revelando que o problema não se reduz à individualidade das violências, mas é estrutural e coletivo.

Sendo assim, é possível dialogar com a perspectiva da Psicologia da Libertação, proposta por Ignacio Martin-Baró (1998), que defende que os problemas sociais, tais como a desigualdade e a violência, devem ser analisados em sua dimensão histórica e superados por meio de ações coletivas de conscientização e transformação social. Sob essa perspectiva, a misoginia é reconhecida como um fenômeno estrutural que exige ação coletiva, interseccional e educativa.

Nesse contexto, a abordagem teórica de Lev Vigotsky contribui para compreender como os processos de desenvolvimento humano são profundamente influenciados pelas interações sociais e pela linguagem. A teoria histórico-cultural proposta por Vigotsky (2007) reconhece que o aprendizado ocorre por meio da mediação de sujeitos mais experientes e da construção coletiva de significados, sendo a escola um espaço privilegiado para essa mediação. Ao considerar que o desenvolvimento das funções psicológicas superiores se dá em contextos sociais, a educação torna-se um instrumento fundamental para a transformação das consciências e para o enfrentamento das estruturas opressoras, como a misoginia.

É nesse cenário social que se insere a iniciativa do programa Juventudes AntiMisoginia, implementado em 2025 pela Rede SESI-SP. A proposta baseia-se no processo de conscientização da temática a partir da perspectiva de desenvolvimento integral, considerando as dimensões cognitivas, afetivas, éticas, físicas e sociais, garantia



do reconhecimento e valorização dos direitos humanos a partir do engajamento do protagonismo juvenil para atuar contra as violências de gênero.

Desse modo, o presente artigo tem como objetivo promover o compartilhamento de experiência sobre o Programa Juventudes AntiMisoginia, criado e desenvolvido pelo SESI-SP, como forma de prevenção e enfrentamento à misoginia, a partir da constituição e atuação de Comitês formados por meninas representantes e meninos apoiadores nas 136 escolas da Rede.

## **METODOLOGIA**

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa de natureza aplicada, voltada para o compartilhamento de uma experiência educacional institucional. A metodologia adotada está fundamentada na perspectiva da educação integral e dos direitos humanos, com ênfase em processos dialógicos, metodologias ativas e projetos de impacto social, que promovem o protagonismo juvenil e o enfrentamento às violências de gênero no ambiente escolar.

A implementação do Programa Juventudes AntiMisoginia ocorreu em 2025, em todas as 136 escolas da Rede SESI-SP, abrangendo estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental II ao Ensino Médio. Cada escola constituiu um Comitê formado por três representantes por turma, duas meninas e um menino apoiador, eleitos por votação democrática entre os pares, totalizando 3357 estudantes envolvidos, sendo 2238 meninas e 1119 meninos.

A mediação dos Comitês é realizada, preferencialmente por professoras, selecionadas localmente com base em critérios como atuação em disciplinas das áreas de ciências humanas, natureza, artes ou educação física, disponibilidade para ampliação de jornada, afinidade com os marcadores sociais da diferença e capacidade de articulação pedagógica. Foram selecionadas 136 professoras(es) mentoras(es) para acompanhar os encontros e promover formações aos estudantes, um(a) em cada escola.

A metodologia de atuação dos Comitês inclui:

- Evento de mobilização e lançamento do programa: o Fórum para a Conscientização e Combate à Violência contra a Mulher, realizado em março de 2025, que reuniu representantes dos Comitês e professoras(es) mentoras(es).



- Dois encontros mensais no contraturno escolar de forma local, mediados pelas(os) professoras(es) mentoras(es), com foco em escuta ativa, letramento sobre misoginia, construção de valores humanos e reflexão crítica sobre gênero.
- Envio de orientações didáticas com o conteúdo programático das discussões a serem desenvolvidas nos encontros dos Comitês.
- Formações institucionais bimestrais realizadas por consultoria externa com professoras(es) mentoras(es) do programa.
- Formações institucionais realizadas por consultoria externa, com os profissionais que apoiam o programa na escola, tais como: psicólogos educacionais, bibliotecários, orientadores educacionais e digitais.
- Um encontro anual para toda a comunidade escolar.

A **coleta de dados** para análise da experiência baseou-se em:

- *Registros institucionais*: fotos e publicações em plataforma do Engage (Microsoft) do programa.
- *Observações das práticas pedagógicas desenvolvidas nas escolas*: Participação dos psicólogos educacionais e organizadores do programa nos encontros do Comitê.

A **coleta de dados** coletados permitiu a construção de categorias analíticas que orientam a sistematização dos achados empíricos:

1. Engajamento e Protagonismo Juvenil
2. Letramento sobre Misoginia
3. Formação de Redes de Apoio e Articulação Institucional
4. Avaliação dos Impactos e Desdobramentos Pedagógicos

Ao final do ano letivo, será aplicada uma pesquisa sobre o Programa às/aos professoras(es) mentoras(es) e aos estudantes, e serão organizados os dados finais do Programa.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados preliminares do Programa Juventudes AntiMisoginia no SESI-SP revelam avanços significativos em quatro dimensões principais: engajamento estudantil,



consciência crítica sobre as violências de gênero, valorização da participação democrática e ampliação de impacto. Os dados foram analisados, a partir das categorias de análise:

### *1. Engajamento e Protagonismo Juvenil*

A constituição dos Comitês em todas as 136 escolas da Rede, com a participação de 3.357 estudantes (2.238 meninas e 1.119 meninos), demonstra a adesão expressiva ao programa. A eleição democrática dos representantes por turma fortaleceu o senso de pertencimento e a legitimidade dos espaços de escuta e ação. A presença ativa dos estudantes nos encontros quinzenais, na formação direcionada para a comunidade escolar e Fórum institucional indica que o protagonismo juvenil foi efetivamente mobilizado como estratégia de enfrentamento à misoginia.

### *2. Letramento sobre Misoginia*

Os encontros mediados pelas(os) professoras(es) mentoras(es) promoveram discussões sobre misoginia, interseccionalidade e direitos humanos, com base em metodologias ativas e escuta qualificada. A análise das publicações no Engage e dos registros fotográficos evidencia que os estudantes passaram a reconhecer e nomear situações de violência simbólica e estrutural. A ampliação do vocabulário crítico e a capacidade de análise das relações de gênero foram observadas em relatos espontâneos dos estudantes e em produções textuais e artísticas desenvolvidas nos Comitês.

### *3. Formação de Redes de Apoio e Articulação Institucional*

A atuação das(os) professoras(es) mentoras, aliada às formações com psicólogos educacionais, bibliotecários e orientadores, contribuiu para a criação de uma rede de apoio que sustenta o programa nas escolas. A transversalidade entre áreas do conhecimento e serviços educacionais fortaleceu a abordagem interseccional proposta. A articulação entre diferentes profissionais da escola favoreceu a atuação colaborativa e a construção de estratégias preventivas e coletivas de enfrentamento, e mudança cultural.

### *4. Ampliação de Impactos e Desdobramentos Pedagógicos*

Outro aspecto significativo observado no processo de acompanhamento foi a mudança de postura docente diante da temática. As(os) professoras(es) mentoras(es) relataram que o contato sistemático com as discussões sobre misoginia e interseccionalidade transformou suas próprias práticas pedagógicas, tornando-as mais



sensíveis às questões de gênero. Essa dimensão formativa evidencia que o programa atua não apenas sobre os estudantes, mas também sobre a cultura institucional da escola.

As formações bimestrais, promovidas com apoio de consultoria externa, constituíram espaços de aprendizagem coletiva e reflexão crítica sobre o papel da escola na reprodução ou no enfrentamento de estereótipos. Em muitos casos, a discussão extrapolou o campo de gênero e alcançou outros marcadores sociais da diferença, como raça, classe e sexualidade, consolidando um processo de letramento interseccional.

Também foram observados impactos subjetivos, especialmente entre as meninas participantes, que relataram sentimentos de fortalecimento pessoal, reconhecimento e pertencimento. As falas registradas nas rodas de conversa indicam que o espaço do Comitê se tornou um ambiente seguro para o compartilhamento de vivências e a elaboração coletiva de estratégias de enfrentamento. Essa dimensão afetiva reforça a perspectiva de educação integral, ao reconhecer o desenvolvimento emocional e ético como parte indissociável da aprendizagem.

Sob o ponto de vista institucional, o programa impulsionou a criação de novas práticas de convivência escolar. Em algumas unidades, foram elaborados protocolos de escuta segura e mediação de conflitos com enfoque em gênero, a partir de contribuições dos próprios Comitês. Essa reconfiguração das práticas de gestão e acolhimento demonstra que o enfrentamento à misoginia demanda ações educacionais sustentáveis e participativas.

Assim, o Programa Juventudes AntiMisoginia revela-se não apenas como uma ação pontual, mas como um movimento de transformação cultural e pedagógica no interior das escolas do SESI-SP. Sua articulação entre teoria e prática, mediada por princípios da Psicologia da Libertação (Martín-Baró, 1998) e da teoria histórico-cultural de (Vigotsky, 2007), reafirma o potencial emancipador da educação quando esta se orienta pela ética, pelo diálogo e pela justiça social.

Desse modo, vale ressaltar que a atuação dos Comitês, mediada por professoras(es) mentoras(es) e sustentada por práticas dialógicas, promoveu espaços de escuta ativa e construção coletiva de saberes, permitindo que os sujeitos envolvidos reconhecessem e problematizassem as violências de gênero presentes em seu cotidiano.

Conforme Baró (1998) propõe uma ruptura com modelos psicológicos individualizantes, centrando-se na realidade concreta dos sujeitos e na superação das opressões históricas. Nesse sentido, o programa se alinha ao compromisso ético de promover o protagonismo dos estudantes e possibilidades de ação, especialmente das



meninas, por meio do fortalecimento de sua voz e autonomia, e dos meninos, em um movimento autorreflexivo sobre ações e práticas que colaboram para a sustentação da misoginia enquanto fenômeno estrutural, evidenciando o impacto social.

Complementarmente, a teoria histórico-cultural de Vigotsky (2007) oferece suporte para compreender como os processos de desenvolvimento humano são mediados pelas interações sociais e pela linguagem. Os encontros dos Comitês por meio da mediação das(os) professoras(es) mentoras(es) e da troca entre pares, ampliaram sua consciência crítica sobre gênero, misoginia e direitos humanos.

A aprendizagem significativa, segundo Vigotsky (2007), ocorre quando há mediação intencional e contextualizada, o que foi garantido pelas formações, orientações didáticas e articulações institucionais do programa. Os dados indicam que os estudantes passaram a internalizar conceitos que antes não faziam parte de seu repertório, demonstrando que o ambiente escolar pode ser um espaço potente de transformação subjetiva e social.

Assim, a experiência do SESI-SP reafirma que o enfrentamento à misoginia exige uma abordagem educativa, que reconheça os sujeitos em sua complexidade e promova práticas pedagógicas comprometidas com a justiça social.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência do Programa Juventudes AntiMisoginia, desenvolvido pela Rede SESI-SP, evidencia o potencial transformador da educação quando orientada por princípios de justiça social, interseccionalidade e protagonismo juvenil. Ao reconhecer a misoginia como um fenômeno estrutural, que se manifesta nas relações cotidianas e nas instituições sociais, o programa propôs uma abordagem educativa capaz de promover conscientização, escuta ativa e ação coletiva.

Os resultados iniciais apontam para o fortalecimento da participação democrática dos estudantes, tanto meninas, como meninos, e para a ampliação da consciência crítica sobre as violências de gênero. A constituição dos Comitês e a mediação pedagógica das(os) professoras(es) mentoras(es) criaram espaços seguros e potentes de diálogo, aprendizagem e mobilização, reafirmando o papel da escola como território de direitos e de enfrentamento às desigualdades.

A fundamentação teórica da Psicologia da Libertação e da teoria histórico-cultural de Vigotsky reforça a importância de práticas educativas que considerem o contexto



social dos sujeitos, promovam a mediação crítica e valorizem a construção coletiva de saberes.

Dessa forma, o Programa Juventudes AntiMisoginia contribui não apenas para a formação integral dos estudantes, mas também para a construção de uma cultura escolar mais equitativa, inclusiva e comprometida com os direitos humanos. Os próximos passos envolvem a sistematização dos dados finais da pesquisa, a ampliação das estratégias de formação, o fortalecimento das redes de apoio e ações que tenham impacto social nas comunidades nas quais as escolas estão inseridas.

## REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019.

BRASIL. **Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015**. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio e inclui o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 10 mar. 2015.

BRASIL. **Lei nº 14.994, de 24 de outubro de 2024**. Institui a Política Nacional de Enfrentamento à Misoginia e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 25 out. 2024.

CARNEIRO, S. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: HOLLANDA, H. B, de (org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 313-324.

MARTÍN-BARÓ, I. **Psicologia da libertação**. Petrópolis: Vozes, 1998.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

VIGOTSKY, Lev S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

